

GUIA PRÁTICO SUBSÍDIO SOCIAL POR ADOÇÃO

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Subsídio Social por adoção
(3019 – v1.13)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Departamento de Prestações e Contribuições

PAGINAÇÃO

Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente.

CONTACTOS

Linha Segurança Social: 300 502 502, dias úteis das 9h00 às 17h00.

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Direta.

DATA DE PUBLICAÇÃO

3 de outubro de 2017

ÍNDICE

A – O que é?	4
B – Posso pedir? B1 – Quem tem direito?	5
Quem tem direito ao subsídio social por adoção	5
Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio por adoção	5
Condição específica para acesso ao subsídio social por adoção.....	6
Quais os rendimentos que são considerados?	6
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?	7
Não pode acumular com:	7
Pode acumular com:.....	7
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?	8
Formulários obrigatórios.....	8
Documentos necessários	8
Onde se pede?	9
Até quando se pode pedir?	9
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?	9
Quanto se recebe?	9
Durante quanto tempo se recebe?	10
A partir de quando se tem direito a receber?	10
D2 – Como posso receber?	10
D3 – Quais as minhas obrigações?	12
D4 – Porque razões termina?	12
O subsídio social por adoção é interrompido se.....	12
O subsídio social por adoção termina definitivamente se...	12
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável.....	13
E2 – Glossário	14
Perguntas Frequentes.....	14

A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.

A – O que é?

O subsídio social por adoção é um apoio em dinheiro dado aos candidatos a adotantes que não trabalham nem descontam para a segurança social e aos que trabalham e descontam mas não reúnem as condições para terem direito ao subsídio por adoção.

Atenção: Nas situações, em que os candidatos a adotantes se encontram a trabalhar, as questões sobre o direito às licenças, faltas ou dispensas são do âmbito laboral, pelo que, em caso de dúvida, devem ser esclarecidas pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e não pelos serviços de Segurança Social.

O reconhecimento do direito aos subsídios previstos no regime de proteção na parentalidade tem como pressuposto o direito e gozo das respetivas licenças, faltas ou dispensas previstas e reguladas no Código do Trabalho.

O que é o subsídio social por adoção?

O subsídio social por adoção é concedido por período até 120 ou 150 dias consecutivos, conforme opção dos candidatos a adotantes.

No caso de os candidatos a adotantes optarem por partilhar o período de concessão do subsídio e cada um goze, em exclusivo, isto é, sem ser ao mesmo tempo, um período de 30 dias consecutivos ou dois períodos de 15 dias consecutivos, o período de 120 ou 150 dias de subsídio, consoante a opção, é acrescido de 30 dias.

O período de 120 dias fica assim com a duração de 150 dias e o de 150 dias com a duração de 180 dias.

Este acréscimo de 30 dias pode ser gozado apenas por um dos candidatos a adotantes ou partilhado por ambos.

Nada impede que a partilha possa ser efetuada do seguinte modo: um dos candidatos a adotante goza o período inicial (120 ou 150 dias) e o outro adotante goza imediatamente a seguir os 30 dias de acréscimo.

Atenção: Nas situações em que a mãe não trabalha nem desconta para a Segurança Social mas o pai encontra-se a trabalhar e a descontar para a Segurança Social, não há lugar à partilha do período de concessão do subsídio social por adoção nem ao respetivo acréscimo de 30 dias

Obs. No caso de adoções múltiplas, o período de 120 ou 150 dias é acrescido de 30 dias por cada adoção além da primeira.

Em caso de **incapacidade ou de morte** do candidato a adotante durante o período de concessão do subsídio, o cônjuge sobrevivente, ainda que não seja candidato a adotante e desde que o adotando viva no seu agregado familiar, tem direito ao período correspondente ao tempo não gozado ou a um mínimo de 14 dias.

B – Posso pedir? B1 – Quem tem direito?

Quem tem direito ao subsídio social por adoção

Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio social por adoção

Condição específica para acesso ao subsídio social por adoção

Quais os rendimentos que são considerados?

Quem tem direito ao subsídio social por adoção

- Candidatos a adotantes que não trabalhem (**atenção**: se estiver a receber **subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego** e esteve abrangido por um regime de segurança social que lhe garante proteção na adoção, tem direito ao Subsídio por Adoção; se não tiver direito ao subsídio por adoção, pode ter direito ao subsídio social por adoção. De qualquer forma, o pagamento do subsídio de desemprego fica suspenso enquanto estiver a receber subsídio por adoção (ou subsídio social por adoção).
- Candidatos a adotantes que trabalhem mas que não tenham direito ao Subsídio por Adoção por não preencherem as condições de atribuição tendo em conta o regime de segurança social que os abrange.

Quais as condições necessárias para ter acesso ao subsídio por adoção

- Ser residente em Portugal ou *equiparado a residente*
- Pedir o subsídio dentro do prazo, ou seja, nos 6 meses a contar da data em que a criança lhe é confiada pelo Tribunal ou pela Segurança Social.
- Os rendimentos mensais por pessoa do agregado familiar do requerente não podem ser superiores a 337,06 €, ou seja, 80% do indexante dos apoios sociais (IAS).

Obs: O valor do IAS é de 421,32 €.

O rendimento mensal por pessoa do agregado familiar resulta da soma de todos os rendimentos mensais do agregado familiar do requerente a dividir pelos elementos do seu agregado familiar, considerando a seguinte ponderação por cada elemento:

Pelo Requerente	1
Por cada indivíduo maior	0,7
Por cada indivíduo menor	0,5

Exemplo: Um agregado familiar constituído por pai, mãe e dois filhos menores em que a mãe requer o subsídio social por adoção. Os rendimentos do agregado familiar correspondem apenas ao salário auferido pelo pai, no valor de 1000,00 € mensais. Assim, aplicando a escala de equivalência:

requerente (mãe)	= 1
pai	= 0,7
um filho	= 0,5
um filho	= <u>0,5</u>
	2,7

O rendimento por pessoa do agregado familiar, ponderado de acordo com a escala de equivalência, é: $1000,00 \text{ €} : 2,7 = 370,37 \text{ €}$.

A beneficiária não tem direito ao subsídio social por adoção porque o rendimento mensal do seu agregado familiar (370,37 €) é superior a 337,06 € (80% do IAS).

Condição específica para acesso ao subsídio social por adoção

Apenas têm acesso ao subsídio social por adoção os requerentes que, isoladamente ou em conjunto com outros elementos do agregado familiar, tenham um, património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) que não ultrapasse 101.116,80 € (240 vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais) – **Para uma informação mais detalhada sobre a condição de recursos, consultar o Guia Prático – Condição de Recursos.**

Quais os rendimentos que são considerados?

1 - São considerados no apuramento do **rendimento mensal** do agregado familiar, as seguintes categorias de rendimentos:

- Rendimentos de trabalho dependente;
- Rendimentos de trabalho independente (empresariais e profissionais);
- Rendimentos de capitais (ver ponto 3);
- Rendimentos prediais (ver ponto 4);
- Pensões (incluindo as pensões de alimentos);
- Prestações sociais (todas exceto as prestações por encargos familiares, por deficiência e por dependência);
- Subsídios de renda de casa ou outros apoios públicos à habitação, com caráter regular.

2 - No caso do agregado familiar residir em habitação social considera-se que o valor do apoio público no âmbito da habitação social corresponde ao diferencial entre o valor do preço técnico e o valor da renda apoiada.

3- Se os elementos do agregado familiar tiverem património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros), considera-se como rendimentos de capitais 1/12 do maior dos seguintes valores:

- i) O valor dos rendimentos de capitais auferidos (juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros);
- ii) 5% do valor total do património mobiliário, em 31 de dezembro do ano anterior (créditos depositados em contas bancárias, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros).

4 - Se os elementos do agregado familiar forem proprietários de imóveis, considera-se como rendimentos prediais, 1/12 resultante da soma dos seguintes valores:

- a) Habitação permanente (apenas se o valor patrimonial da habitação permanente

for superior a 450 vezes o Indexante de Apoios Sociais, ou seja, 189.594,00 €)

- i) *5% da diferença entre o valor patrimonial da habitação permanente e 189.594,00 € (se a diferença for positiva).*
- b) Restantes imóveis, excluindo a habitação permanente. Deve considerar-se o maior dos seguintes valores:
 - i) *O valor das rendas efetivamente auferidas;*
 - ii) *5% do somatório do valor patrimonial de todos os imóveis (excluindo habitação permanente).*

B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não pode acumular com...

Pode acumular com...

Não pode acumular com:

- Rendimentos de trabalho
- Subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego (fica suspenso enquanto estiver a receber subsídio social por adoção)

Nota: Se estiver a receber prestações de desemprego, estas ficam suspensas enquanto estiver a receber subsídio social por adoção, devendo comunicar ao centro de emprego, no prazo de 5 dias úteis, o início e o fim do período de concessão do subsídio social por adoção, de modo a ficar dispensado do cumprimento dos deveres para com o centro de emprego (por exemplo, apresentação quinzenal).

- Subsídio de doença.
- Pensão de invalidez.
- Pensão de velhice.

Pode acumular com:

- Rendimento social de inserção.
- Pensão de sobrevivência.
- Pensões ou indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional.

C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Formulários obrigatórios

Documentos necessários

Onde se pede?

Até quando se pode pedir?

Formulários obrigatórios

- Modelo RP5050-DGSS – Requerimento do subsídio por adoção.
- Modelo MG 8 – DGSS - Declaração da Composição e rendimentos do Agregado Familiar .

Estes Formulários/Modelos encontram-se disponíveis em www.seg-social.pt no menu “Documentos e Formulários”. Deverá selecionar Formulários e no campo Pesquisar inserir número do formulário ou nome do modelo.

Por exemplo, se pretende aceder ao requerimento do subsídio por adoção, no campo Pesquisa deverá colocar “RP5050-DGSS” ou “Requerimento do subsídio por adoção”.

Documentos necessários

Todas as situações

- Cópia da declaração de confiança administrativa ou judicial do menor adotado.
- Documento da instituição bancária comprovativo do IBAN (Número Internacional de Conta Bancária), no caso de pretender que o pagamento seja efetuado por depósito em conta bancária.

Subsídio Social por adoção a um adotante em caso de impossibilidade do outro

- Certificação médica, comprovativa da incapacidade física ou psíquica do outro adotante, ou certidão de óbito, conforme o caso.

ATENÇÃO

Os beneficiários devem ter a morada atualizada.

Para o efeito devem utilizar:

- Preferencialmente, o Serviço Segurança Social Direta, em www.seg-social.pt;
- Ou o formulário, Modelo. MG 02-DGSS, o qual pode ser obtido nos serviços de atendimento da Segurança Social ou na Internet em www.seg-social.pt. No menu “Documentos e Formulários”, deverá selecionar Formulários e no campo Pesquisar inserir número do formulário ou nome do modelo.

Nota¹: Os beneficiários portadores do Cartão de Cidadão, a alteração de morada é efetuada através da Internet, acedendo ao Portal do Cidadão em www.portaldocidadao.pt, tendo que previamente registar-se. Este serviço permite que qualquer pessoa maior de idade, efetue simultaneamente e Online, a notificação das entidades junto das quais pretende atualizar a sua morada, ou

presencialmente, junto de um dos balcões da Rede de Atendimento (Loja do Cidadão e outras entidades emissoras do Cartão de Cidadão

Nota²: Deverá apresentar outros documentos que os serviços de Segurança Social entendam necessários para aferir as condições de atribuição da prestação.

Onde se pede?

- Segurança Social Direta (pode preencher o formulário e entregar a documentação digitalizada)

<https://www.seg-social.pt/consultas/ssdirecta/>

- Serviços de atendimento da Segurança Social,
- Por correio, para o Centro Distrital da área da residência do beneficiário

Até quando se pode pedir?

No prazo de 6 meses a contar da data da confiança administrativa ou judicial ou do primeiro dia em já não trabalhou, no caso de ser trabalhador. Se não pedir dentro deste prazo, mas entregar o requerimento durante o período legal de concessão do subsídio, o tempo que passou além dos seis meses será descontado na prestação.

D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?

Quanto se recebe?

Durante quanto tempo se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

Quanto se recebe?

Subsídios	Percentagem do IAS
Social por Adoção 120 dias	
Social por Adoção 150 dias (120+30 acréscimo) (Nas situações em ambos os candidatos a adotantes têm que gozar, cada um e em exclusivo, um período de 30 dias seguidos ou dois períodos de 15 dias seguidos)	80% de 421,32 € (IAS) = 337,06 € Recebe por dia = 11,24 €
Social por Adoção 150 dias	64% de 421,32 (IAS) = 269,64 € Recebe por dia = 8,99 €
Social por Adoção 180 dias (150+30 de acréscimo) (Nas situações em ambos os candidatos a adotantes têm que gozar, cada um e em exclusivo, um período de 30 dias seguidos ou dois períodos de 15 dias seguidos)	66% de 421,32 € (IAS) = 278,07 € Recebe por dia = 9,27 €

Obs. Caso os beneficiários residam nas regiões autónomas os subsídios referidos na tabela acima indicada tem um acréscimo de 2%

Durante quanto tempo se recebe?

O subsídio social por adoção é concedido por um período até 120, 150 ou 180 dias consecutivos.

Nota: O período de 150 dias pode corresponder à opção de 150 dias de subsídio pago a 64% de 421,32 € (IAS) = 269,64 € (recebe por dia 8,99 €) ou à opção de 120+30 dias do acréscimo por partilha do período de duração do subsídio a 80% de 421,32 € (IAS) = 337,06 (recebe por dia 11,24 €). O período de 180 dias corresponde à opção de 150+30 dias do acréscimo por partilha com o valor do subsídio a 66% de 421,32 € (IAS) = 278,07 (recebe por dia 9,27 €).

Adotar duas ou mais crianças ao mesmo tempo

Se adotar mais do que uma criança, tem direito a receber mais 30 dias de subsídio social por adoção por cada criança adotada além da primeira.

A partir de quando se tem direito a receber?

A partir da data em que a criança lhe é confiada pelo Tribunal ou pela Segurança Social.

D2 – Como posso receber?

Pode receber através de:

- Transferência bancária.
- Cheque não à ordem.

Nota Importante: Os cheques emitidos pela Segurança Social para pagamento de prestações são sempre cheques "**não à ordem**".

O cheque "**não à ordem**":

- Não pode ser endossado (passado ou transmitido) a terceiros (qualquer pessoa diferente do próprio beneficiário);
- Só pode ser levantado pelo próprio ou depositado numa conta do próprio.

Para saber mais sobre cheques "**não à ordem**" consulte os Cadernos do Banco de Portugal (Caderno n.º 3: Cheques - Regras Gerais) em <http://www.bportugal.pt>

Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.

O dinheiro entra diretamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

Como aderir ao pagamento por transferência bancária

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Direta:**

- Aceda ao site da Segurança Social em www.seg-social.pt;
- Clique em: “Segurança Social Direta”;
- Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
- No menu “Perfil” clique em “Alterar conta bancária”;
- Indique o seu **IBAN**.

A alteração do IBAN é efetuada de imediato no sistema de informação da Segurança Social.

- **Preenchendo o Modelo MG 02-DGSS**

Este Formulário/Modelo encontra-se disponível para impressão em www.seg-social.pt, no menu “Documentos e Formulários”. Deverá selecionar Formulários e no campo Pesquisa inserir número do formulário (Modelo MG 02-DGSS) ou nome do modelo (Pedido de Alteração de Morada ou de Outros Elementos).

1. Junte um dos seguintes documentos:

- Documento da instituição bancária comprovativo do **IBAN** (Número Internacional de Conta Bancária), onde conste o nome do beneficiário como titular;

ou

- Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária.

2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido do beneficiário (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte ou outro documento com fotografia), ou do rogado, se o pedido for assinado por outrem, a rogo do beneficiário

Nota: No caso de IBAN inválido, esta declaração Modelo MG 2 – DGSS fica sem efeito. Para o pagamento de Prestações Sociais a que tem direito, será utilizado o meio de pagamento cheque “não à ordem”, a fim de impedir fraudes no endosso, conforme recomendações do Banco de Portugal. Esta modalidade de emissão de cheques apenas permite o pagamento ao beneficiário nele indicado e não pode ser endossado.

Envie o formulário e os documentos (IBAN e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da sua área de residência ou entregue-os diretamente num dos Serviços de Atendimento da Segurança Social.

Poderá consultar o mapa da rede de serviços de atendimento público em www.seg-social.pt, no menu “A Segurança Social” **clique** em “serviços de atendimento”.

- Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.

D3 – Quais as minhas obrigações?

- Tem de avisar a Segurança Social no prazo de **cinco dias úteis** se ocorrer algo que leve à cessação do subsídio.
- Nas situações em que os serviços de Segurança Social entendam ser necessário verificar os valores do património mobiliário declarados, podem exigir, em relação ao requerente ou a qualquer membro do seu agregado familiar, uma declaração de autorização para acesso à informação bancária ou, em alternativa, a apresentação dos documentos bancários que sejam considerados relevantes.

O que acontece se não cumprir

Se não for entregue a declaração de autorização ou os documentos solicitados no prazo fixado, o pedido de atribuição da prestação fica suspenso e há perda do direito ao valor das prestações até à data da entrega da declaração de autorização ou dos documentos bancários solicitados.

Se já estiver em curso o pagamento das prestações sociais quando for solicitada a declaração de autorização ou os documentos bancários e estes não forem apresentados no prazo fixado, as prestações são suspensas e há perda do direito às mesmas até à data de entrega da declaração de autorização ou dos documentos bancários solicitados.

D4 – Porque razões termina?

O subsídio social por adoção é interrompido se...

O subsídio social por adoção termina definitivamente se...

O subsídio social por adoção é interrompido se...

- Não entregar a declaração de autorização para acesso a informação bancária de qualquer elemento do agregado familiar, no prazo que lhe for concedido e perde o direito à prestação até entregar a referida declaração.

O subsídio social por adoção termina definitivamente se...

- Houver fraude.
- Quem está a receber o subsídio estiver a trabalhar enquanto o recebe.
- Quem estiver a receber o subsídio morrer (o subsídio termina no dia seguinte).
- Deixar de cumprir a Condição de Recursos para atribuição das Prestações Sociais. (Para uma informação mais detalhada sobre a condição de recursos, consultar o Guia Prático – Condição de Recursos).
- Prestar falsas declarações quanto aos elementos necessários para determinar a condição de recursos.

Como penalização, **não poderá receber durante 24 meses (dois anos)**, a contar da data a partir da qual foi detetada esta situação pelos serviços da Segurança Social, **qualquer prestação**

social sujeita a condição de recursos (não só aquela em que prestou falsas declarações, ou seja, o Subsídio Social por adoção, por riscos específicos, mas também os restantes subsídios sociais no âmbito da parentalidade, o Rendimento Social de Inserção, Prestações por Encargos Familiares e Subsídio Social de Desemprego).

Atenção: A prestação de **falsas declarações** sobre os elementos necessários para determinar a condição de recursos (agregado familiar e respetivos rendimentos) para acesso ao subsídio social por adoção e **ainda que este não seja atribuído**, determina a impossibilidade de acesso, **durante dois anos**, a qualquer das seguintes prestações: subsídios sociais no âmbito da parentalidade, subsídio social de desemprego, rendimento social de inserção e prestações por encargos familiares.

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

No portal da Segurança Social em www.seg-social.pt, no menu **Documentos e Formulários**, seleccionar **Legislação** e no campo pesquisar inserir o **número/ano** do diploma.

Portaria n.º 4/2017, de 3 de janeiro

Procede à atualização do valor do indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano de 2017.

Lei n.º 7/2016, de 17 de março

Estabelece um acréscimo específico ao valor dos subsídios no âmbito da protecção social na maternidade, paternidade e adoção auferidos pelos residentes nas regiões autónomas.

Portaria n.º 249/2011, de 22 de junho

Aprova os modelos de declaração da composição e rendimentos do agregado familiar.

Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho

Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade.

Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.ºs 70/2010, pelo Decreto – Lei n.º 133/2012, de 16 de junho e 27 de junho e pela Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro, respetivamente.

Estabelece o regime jurídico de protecção social na parentalidade.

Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro

Cria o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regula a sua atualização bem como a das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

Despacho n.º 8847/2001 2ª série, publicado no DR 2.ª Série, de 27 de abril

Exclui os meses em que há lacuna contributiva por formação profissional durante a concessão das prestações de desemprego, para efeitos de prazo de garantia e cálculo da remuneração de referência.

E2 – Glossário

Conceito de Agregado familiar

São considerados elementos do agregado familiar, as pessoas que vivam em economia comum e que tenham entre si os seguintes laços:

- Cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto há mais de dois anos
- Parentes e afins maiores em linha reta e em linha colateral, até ao 3º grau: Pais; Sogros; Padrasto, Madrasta, Filhos, Enteados, Genro, Nora, Avós, Netos, Irmãos, Cunhados, Tios, Sobrinhos, Bisavós, Bisnetos.
- Parentes e afins menores em linha reta e linha colateral (não têm limite de grau de parentesco)
- Adotados restritamente e os menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar

Nota: O conceito de agregado familiar para a verificação da condição de recursos é o aproximado ao conceito de agregado familiar doméstico (as pessoas que vivem na mesma casa) e com alguma relação de parentesco. No entanto, existem exceções. Não são consideradas como fazendo parte de um agregado familiar pessoas que:

- Tenham um vínculo contratual (por exemplo, hospedagem ou aluguer de parte de casa)
- Estejam a trabalhar para alguém do agregado familiar
- Estejam em casa por um curto período de tempo
- Se encontrem no agregado familiar contra a sua vontade por motivo de situação de coação física ou psicológica

Pessoas equiparadas a residentes

São considerados equiparados a residentes:

- Refugiados e apátridas portadores de título de proteção temporária válido.
- Estrangeiros portadores de título válido de autorização de residência ou de prorrogação de permanência

Perguntas Frequentes

1. Como deve ser gozado o período relativo ao Subsídio Social por Adoção para que haja direito à concessão de mais 30 dias de subsídio?

R: Os candidatos a adotantes devem gozar, cada um e em exclusivo, um período de 30 dias seguidos ou dois períodos de 15 dias seguidos.

Nada impede que a partilha possa ser efetuada do seguinte modo: um dos candidatos a adotante goza o período inicial normal do subsídio por adoção (120 ou 150 dias) e o outro candidato a adotante goza imediatamente a seguir os 30 dias de acréscimo.

2. Os valores que recebo da Segurança Social a título de Subsídio Social por Adoção devem ser declarados para efeitos de IRS?

R: Não. Presentemente, os valores recebidos a título de subsídio social por adoção não são declarados para IRS.